



ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2019

1. DAS PARTES

CONTRATANTE: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp-Exe

CNPJ: 17.312.597/0001-02

Endereço: Edifício Corporate Financial Center – SCN – Quadra 02 – Bloco A – 2º andar, salas 202/203/204 – Fone: (061) 2020-9700

CEP: 70.712-900 Brasília – DF

CONTRATADO: Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública

CNPJ: 10.498.974/0001-09

Endereço: Rua Lourenço Pinto, nº 196, 3º andar, conj. 301, Centro
Fone (041) 3778-1700

CEP: 80.010.160 Curitiba – Paraná

2. DO OBJETO

2.1. A presente Ordem de Execução de Serviços tem por objeto a contratação do Instituto Negócios Públicos para a participação do Coordenador João Batista de Jesus Santana no 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 O 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, a ser realizado dos dias 18 a 21 de março de 2019 com carga horária de 26 horas, oferecerá material de apoio (livro “Legislação: Licitações – Pregão Presencial e Eletrônico- Leis Complementares”, apostila com conteúdo exclusivo do evento, pasta, caneta e bloco de anotações), certificado de participação registrado em cartório e jantar de abertura, 03 (três) almoços e 06 (seis) coffee breaks.

4. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

4.1. Pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a CONTRATANTE pagará ao Instituto Negócios Públicos o valor global de **R\$ 4.385,00 (quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais)**, em conformidade com a sua proposta comercial, assim entendido o documento extraído do link <https://www.negociospublicos.com.br/congresso/>, que passa a ser parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.



4.2. A inscrição individual, cujo valor é de **R\$ 4.385,00 (quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais)**, será realizada no sítio eletrônico do Instituto Negócios Públicos e o pagamento feito por transferência após emissão de nota fiscal.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. Esta Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 90 (noventa) dias após sua emissão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. São obrigações do CONTRATADO:

- a) assegurar a participação do Coordenador no processo de avaliação, concedendo a respectiva certificação, se atendidos os requisitos necessários;
- b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, as obrigações oriundas dessa contratação;
- c) abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) indicar um profissional para atuar como seu preposto para tratar das questões relativas à execução dos serviços e ao faturamento;
- e) utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) conferir a execução dos serviços, efetuando o seu ateste se estiver em conformidade com as exigências desta Ordem de Execução Serviços;
- b) cumprir os compromissos financeiros assumidos com o CONTRATADO, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) notificar, formal e tempestivamente, o CONTRATADO quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;



Funpresp

- d) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo CONTRATADO, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento;
- e) notificar o CONTRATADO, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará o CONTRATADO às sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993.

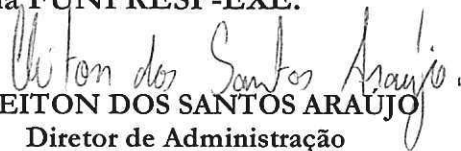
8.2. Em caso de atrasos na prestação dos serviços, o CONTRATADO ficará sujeito à multa diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor total contratado, por dia de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada, cumulativamente, multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

8.3. As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas do saldo havido pelo CONTRATADO junto à CONTRATANTE, conforme art. 86, § 3º e 87, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

8.4. Quando inviáveis ou insuficientes as compensações previstas no parágrafo anterior, o CONTRATADO será intimado a recolher o valor restante ou integral da multa apurada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Pela FUNPRESP-EXE:


CLEITON DOS SANTOS ARAUJO
Diretor de Administração

Pela CONTRATADA:


ROBERTO MACHADO TRINDADE
Gerente de Patrimônio, Logística e Contratações

